

Cadernos Teologia Pública



Fratelli Tutti: um guia de leitura

Gilmar Zampieri

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XVII • número 152 • volume 18 • 2021

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

FRATELLI TUTTI: um guia de leitura

Resumo

Este trabalho não defende uma tese interpretativa e também não pretende analisar qual tem sido a recepção, na Igreja e na sociedade, da Carta Encíclica Fratelli Tutti do Papa Francisco. Intenta-se algo mais modesto, a saber, oferecer uma introdução geral à Encíclica, com pretensão de ser um Guia de Leitura que facilite sua compreensão e absorção. Para tanto, seguirá a estrutura da Encíclica, focando-se naquilo que parece ser o argumento principal de cada um dos seus oito capítulos. Se alguma colaboração esse texto pode ter, esta será na forma e no estilo de apresentar o conteúdo e as ideias do Papa Francisco.

Palavras-chave: Fraternidade. Amizade social. Paz. Mundo fechado. Mundo aberto. Diálogo.

Resumen

Este trabajo no sustenta una tesis interpretativa y tampoco pretende analizar cuál ha sido la recepción, en la Iglesia y en la sociedad, de la Carta Encíclica Fratelli Tutti del Papa Francisco. La intención es algo más modesto, a saber, ofrecer una introducción general a la Encíclica, con la intención de ser una guía de lectura que facilite su comprensión y absorción. Para ello, seguirá la estructura de la Encíclica, centrándose en lo que parece ser el argumento principal de cada uno de sus ocho capítulos. Si alguna colaboración puede tener este texto, será en la forma y estilo de presentar el contenido y las ideas del Papa Francisco.

Palabras clave: Fraternidad. Amistad social. Paz. Mundo cerrado. Mundo abierto. Diálogo.

FRATELLI TUTTI: um guia de leitura

Gilmar Zampieri

Mestre em Filosofia e Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC RS

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Diretor Adjunto: *Lucas Henrique da Luz*

Gerente administrativo: *Nestor Pilz*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XVII – Vol. 18 – Nº 152 – 2021

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Eclética de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, ESTRS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Ricardo Machado e Guilherme Tenher Rodrigues

Tradução: Isaque Gomes Correa

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. – v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

FRATELLI TUTTI: um guia de leitura

Gilmar Zampieri

Mestre em Filosofia e Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC RS

Introdução

O Papa Francisco é luz na escuridão e por onde passa deixa um rastro de esperança. Esperança poderia ser seu nome, mas ele assumiu o nome de Francisco, o que dá no mesmo, pois Francisco é mais do que um nome, é um programa de pontificado e está sendo cumprido com rigor e coerência em seus três pontos principais: a) uma Igreja pobre e para os pobres; b) um claro compromisso com o meio ambiente; 3) um desejo de fraternidade, justiça e paz.

Da Igreja, o Papa Francisco tratou na exortação *Evangelii Gaudium*. Do meio ambiente se debruçou na encíclica *Laudato si'*. Agora, com a *Fratelli Tutti*, o tema é a fraternidade e a paz. A trilogia se fecha. A unidade transcendental encontra-se no Deus da criação, em Jesus, nos temas abordados e todos interconectados e, sobretudo, na figura pessoal do Papa que encarnou, de forma exemplar, o espírito e a mística franciscana.

A encíclica *Fratelli Tutti* é para ser lida, meditada e discutida. Não dá para ser católico e desconhecer o Ensino Social da Igreja, e essa Encíclica é, ao mesmo tempo, uma síntese e uma introdução a esse ensinamento.

Há boas intervenções e interpretações pontuais da Encíclica e o meu intuito não é fazer um corte e aprofundar um ou outro ponto, mas pretendo oferecer ao leitor um guia de leitura da Fratelli Tutti. Para tanto, faço, num primeiro momento, uma introdução geral em cinco pontos e, posteriormente, analisarei a Encíclica passo a passo, apresentando o que me parece ser a tese central de cada um dos oito capítulos.

1. O título e tema. Em todas as Encíclicas as primeiras palavras do texto figuram como título e por isso são muito bem pensadas. O título é como uma fotografia ou o nome de alguém, lhe dá identidade. O título é, ao mesmo tempo, uma síntese e uma chave de leitura. No caso da Encíclica Fratelli Tutti, assim como foi na Laudato Si', o título é de inspiração franciscana. Se a expressão Laudato Si', louvado sejas, teve origem no Cântico das Criaturas, Fratelli Tutti tem sua origem textual nas Admoestações, um escrito de São Francisco, onde se lê: "Irmãos todos, prestemos atenção ao Bom Pastor que, para salvar suas ovelhas, suportou a paixão da cruz" (FF, VI Adm). Fratelli Tutti, portanto, soa algo como: "Somos todos irmãos". O subtítulo da Encíclica amplia e, ao mesmo tempo, esclarece o título, introduzindo o tema de fundo

da Encíclica, a saber, a Fraternidade e a Amizade Social. O alcance do título e a proposta temática são amplos o suficiente para indicar que filosofia, teologia, sociologia, economia e política serão os campos de movimentação da abordagem da Encíclica. Afinal, uma Encíclica social, tanto para o diagnóstico da realidade, quanto para um bom julgamento e indicações de pistas de ação, só pode ser lúcida e eficaz se for interdisciplinar, mobilizando tanto o intelecto quanto o sentimento, em vista da práxis humanizadora e civilizatória. É o caso da Fratelli Tutti, que nos convoca a superarmos o espírito do "eu" para entrarmos na dinâmica do "nós" e do "comum".

2. Objetivo. Enquanto o propósito da encíclica Laudato Si' foi contribuir para o debate em torno do cuidado da casa comum e dos pobres, superando a crise socioambiental, explicitando a colaboração que a fé pode oferecer para "cuidar da natureza e dos irmãos e irmãs mais frágeis" (LS 64), o propósito da Fratelli Tutti é expressamente manifesto pelo Papa quando diz que a Encíclica não quer "resumir a doutrina sobre o amor fraterno", mas se concentrar na "dimensão universal" e naquilo que o amor tem de "abertura a todos" na construção da fraternidade e a amizade social. Para tanto,

diz o Papa: “entrego esta Encíclica social como humilde contribuição para a reflexão, a fim de que, perante várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros, sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite a palavras” (FT 6). Não se limitar a palavras supõe passar da cabeça ao coração e do coração à ação.

3. Os inspiradores. Francisco de Assis foi o inspirador principal da *Laudato Si'*, por tudo o que ele representa à causa ecológica e à causa dos pobres. O Papa Francisco manifestou essa inspiração, de uma forma acertada, quando diz que “Francisco é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria e autenticidade” (LS 10). Outra figura exemplar e inspiradora da *Laudato Si'* foi o Patriarca Bartolomeu I, da Igreja Ortodoxa, exemplar defensor das causas ecológicas. Agora, na *Fratelli Tutti*, a inspiração do Papa continua sendo Francisco de Assis, afinal, o que amava a natureza e os animais, amava com igual intensidade os humanos e a todos tratava como irmãos. “Esse Santo do amor fraterno, da simplicidade e da alegria, que me inspirou a escrever a Encíclica *Laudato Si'*, volta a inspirar-me para dedicar esta nova Encíclica

à Fraternidade e à amizade social” (FT 2). Contudo, a novidade recai sobre uma figura pouco conhecida do ocidente cristão, que é o Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb. A inspiração é, pois, dupla, o que mantém a coerência com a já dupla inspiração da *Laudato Si'*, como referimos. Além dessa dupla inspiração, o Papa faz uma menção especial a três figuras emblemáticas, não católicas, que orbitam num círculo de grandeza muito próximo de Francisco de Assis e de Jesus Cristo: Martin Luther King, Desmond Tutu, Mahatma Mohandas Gandhi.

4. Os destinatários. A *Fratelli Tutti* tem sido chamada de “Encíclica laica”. Parece exagero, mas a qualificação não deixa de ser verdadeira. De fato, os interlocutores e destinatários não são somente os cristãos católicos e crentes de outras religiões. Aliás, isso tem sido uma prática recorrente das Encíclicas que não tratam especificamente da vida interna e da evangelização da Igreja, mas tratam de temas e problemas de alcance e interesse universais. João XXIII abriu caminhos nesse aspecto e, na *Pacem in Terris* (1963), não só se dirige aos bispos, clérigos e fiéis católicos, mas também “a todas as pessoas de boa vontade”. O Concílio Vaticano II consagra essa prática na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que trata

das esperanças e angústias do homem em tempos modernos, quando diz que “o Concílio Vaticano II não mais hesita em dirigir a palavra somente aos filhos da igreja e a todos os que invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens” (GS 202). O Papa Francisco segue as pegadas de João XXIII e do Concílio Vaticano II e, já na *Laudato Si'*, tinha se dirigido a todos os homens de boa vontade quando diz: “nesta Encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum” (LS 3). Ele assim se expressou pois na *Evangelii Gaudium* tinha se dirigido especificamente aos fiéis católicos. Agora, na *Fratelli Tutti*, novamente, o Papa Francisco reitera o seu desejo de se dirigir para além dos membros internos da Igreja. “Embora a tenha escrito a partir das minhas convicções cristãs, que me animam e nutrem, procurei fazê-lo de tal maneira que a reflexão se abra ao diálogo com todas as pessoas de boa vontade” (FT 6).

5. Método e estrutura. O Papa é latino-americano e aqui a teologia e a organização pastoral têm consagrado um método que tem se mostrado crítico, eficaz e criativo. Trata-se do método ver, julgar e agir. Não é só ver, porque, então, se reduziria à sociologia. Não é só julgar, pois decairia na doutrina, pura e simples. Não é

só agir, senão seria experimentalismo cego. É ver, julgar e agir. O ver processa uma análise crítica da realidade. O julgar ilumina a realidade a partir da Bíblia, do magistério e da tradição teológica, abrindo linhas de ação transformadoras da realidade. Esse é o método da Encíclica que é composta de uma introdução, oito capítulos e duas orações finais. O primeiro capítulo é um ver a realidade que impede a fraternidade. O segundo é um resgate e interpretação da parábola do bom samaritano. Do capítulo III ao VIII, o método torna-se circular, em que o ver, julgar e agir perpassam os vários temas já consagrados no Ensino Social da Igreja, apontando sempre para a superação do mundo fechado e abrindo caminhos de diálogo para a construção da fraternidade, amizade e paz, sem os quais a dignidade humana não passa de um conceito abstrato.

CAPÍTULO I: AS SOMBRAS DE UM MUNDO FECHADO

O Papa Francisco abriu a Encíclica *Laudato Si'*, no primeiro capítulo, falando sobre o que “está acontecendo com a casa comum” e, na *Fratelli Tutti*, na mesma lógica do método ver, julgar e agir, ele abre o primeiro capítu-

lo para fazer uma resenha dos principais problemas ou “tendências do mundo atual que dificultam o desenvolvimento da fraternidade universal” (FT 9). O método se mantém. O Papa faz um diagnóstico apontando o que lhe parece ser as “sombras de um mundo fechado”, com dificuldade para sair do “Eu” e se abrir em diálogo para o “nós” e o “bem comum”, para a “fraternidade universal”.

A realidade é analisada em seis pontos.

1. Sinais de regressão e o fim da consciência histórica. Depois de algum tempo em que o mundo pareceria ter aprendido com as “guerras e os fracassos” e caminhado para um tempo de paz e integração, agora, o que se vê são sinais de regressão. O Papa aponta alguns sinais: a) retorno de conflitos que se pensava terem sido superados; b) ressurgimento de nacionalismos fechados e agressivos; c) ideologias populistas neoliberais que promovem discursos de egoísmo e perda de direitos sociais; d) globalização dos mercados que nos tornam vizinhos, mas não irmãos, em que os mais fortes impõem seu modo de ser, submetendo a política à economia para além de todas as fronteiras, causando desagregação por todos os lados; e) perda da consciência histórica. Respi-

ramos ares de perda do sentido de pertença, de herança, de tradição, de enraizamento que conduz, sobretudo os jovens, a uma postura de começar tudo do zero, desconstruindo por desconstruir, mesmo que a desconstrução seja de valores e sistemas de vida consagrados e que, se desprezados, levam ao vazio e a uma liberdade abstrata e facilmente manipulada. A perda da consciência histórica, geralmente, vem acompanhada da regressão da capacidade de pensar criticamente e pela alienação da própria consciência, em que as palavras “justiça”, “democracia”, “liberdade” são sequestradas para justificar qualquer ação, mesmo com sentido e fins contrários ao que verdadeiramente essas palavras deveriam carregar (FT 10-13). A perda da consciência histórica resulta num presentismo perigoso, sem passado e sem perspectivas de futuro.

2. Política sem projeto para todos, descarte, direitos humanos pela metade e medo. O segundo ponto aponta para quatro aspectos que dificultam a fraternidade social. a) O primeiro diz respeito a uma tendência de políticas sem projeto comum, privilegiando projetos de interesses privados, que se valem de táticas de criar desconfiança e inimizades, envenenando assim o tecido social, criando um clima de todos contra todos

em que “vencer é sinônimo de destruir”, beneficiando os mais fortes que dividem para governar. Diz o Papa: “Des-sa forma, a política deixou de ser um debate saudável sobre projetos a longo prazo para o desenvolvimento de todos e o bem comum, limitando-se a receitas efêmeras de marketing cujo recurso mais eficaz está na destruição do outro” (FT 15). Nesta cultura parece que o cuidado com o que é comum e com a casa comum são, hoje, nada mais do que delírios, e as vozes que se levantam para defender essas bandeiras são, no mais das vezes, ridicularizadas ou banidas. b) O segundo aspecto diz respeito à cultura do descarte. A cultura do descarte se manifesta em duas direções: i) de coisas e alimentos; ii) de humanos. O descarte é uma cultura dentro do sistema capitalista que privilegia e organiza a sociedade para alguns e faz pouco caso de outros. O Papa acusa, nesse aspecto, a obsessão por reduzir custos trabalhistas, retirando direitos conquistados e privilegiando o capital em detrimento dos postos de trabalho, com o consequente desemprego em massa “alargando as fronteiras da pobreza”. Além disso o descarte se manifesta no racismo, no aborto e no desprezo aos idosos. Em relação ao descarte de coisas e alimentos, é uma pena que o Papa não esteja atento ao drama dos animais sem bem-estar na criação e mortos aos bilhões todos os

anos. Tanto sofrimento animal para o nosso prazer gastronômico não seria um absurdo e injustificado descarte? c) O terceiro aspecto trata das sombras existentes em torno dos direitos humanos. Parece que os direitos humanos só valem para os “humanos direitos” e, supostamente, há humanos “tortos” que não merecem ser tratados igualmente e são relegados ao esquecimento ou tratados como se fossem humanos pela metade. Diz o Papa: “persistem hoje, no mundo, inúmeras formas de injustiças, alimentadas por visões antropológicas redutivas e por um modelo econômico fundado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem. Enquanto uma parte da humanidade vive na opulência, outra parte vê sua dignidade não reconhecida, desprezada ou espezinhada, e os seus direitos fundamentais ignorados ou violados” (FT 22). Afora essa dimensão mais ampla, há ainda o caso dramático da mulher e da escravidão. Sobre as mulheres, por exemplo, o Papa diz: “em todo mundo ainda está longe refletir com clareza que as mulheres têm exatamente a mesma dignidade e idênticos direitos que os homens” (FT 23). d) Um quarto aspecto diz respeito ao constante estado de guerra que ainda se manifesta e que o Papa tem identificado como “terceira guerra mundial em pedaços”. O espírito de unidade é mais difícil de manter

e, facilmente, a cultura contemporânea se deixa seduzir pela negação do “outro” e do “diferente”, tratando-o não como alguém de direitos iguais, mas de potencial inimigo a ser combatido e vencido. O Papa tem insistido na ideia de derrubar muros que dividem e arquitetar pontes que nos unem. E alerta: “quem levanta um muro, quem constrói um muro, acabará escravo dentro dos muros que construiu, sem horizontes. Porque lhe falta a alteridade” (FT 27).

3. A globalização, o progresso sem um rumo comum e a pandemia. O Papa não desconhece o progresso e os avanços da tecnologia na área da medicina, indústria e o bem-estar dela decorrente. Contudo, lamenta a falta de sentido ético do progresso e da globalização do mercado. Neste particular chama atenção para a regressão do senso de responsabilidade e pelo descaso aos valores espirituais que, em não acompanhando o progresso, podem levar à “frustração, solidão e desespero”. Quando o progresso não é acompanhado de desenvolvimento humano integral, o que se pode dizer é que é um progresso sem rumo humano. Na medida em que isso ocorre, o sonho de “construirmos juntos a justiça e a paz parece uma utopia de outros tempos” (FT 30). O

que o Papa sinaliza nesse ponto é que há uma cisão entre interesses privados e rumos comuns da humanidade e isso causa um descompasso entre bem-estar de alguns e desigualdades insuportáveis de outros. O Papa Francisco insiste em dizer que é preciso superar a cultura do isolamento e do confronto, liberando energias para uma cultura de paz e de encontro. A pandemia parece ter despertado, pelo menos por algum tempo, a consciência de que somos uma comunidade mundial que viaja no mesmo barco e que a vida e saúde do outro importa, porque “o mal de um prejudica a todos”. Além disso a pandemia nos despertou para a mentira de que o mercado possa ser a nossa garantia. Ela nos obrigou a repensar os estilos de vida, nossas relações, as organizações de nossa sociedade e, sobretudo, o sentido de nossa existência. Por algum momento ficamos mais sensíveis, solidários e até pensativos quanto à possível relação entre nosso modo de habitar o mundo como causa do vírus. Seria uma lástima se “rapidamente esqueçamos as lições da história, mestra da vida”, diz o Papa. Passada a crise sanitária, o que permanecerá de solidariedade para com os que sofrem e com a natureza? Se voltarmos ao consumismo desenfreado da “vida normal” e não “recuperamos a paixão compartilhada por uma comunidade de pertença e solidariedade...

ficaremos à mercê da angústia e do vazio” e o “salve-se quem puder”, rapidamente, redundará em “todos contra todos” (FT 36).

4. A dignidade dos imigrantes. Se há uma voz que clama, não no deserto, mas sobre os mares, em defesa dos imigrantes, essa voz é a voz do Papa Francisco. O imigrante é o “outro” por excelência, e a relação que mantemos com ele é o teste cabal para definirmos se somos humanistas e cristãos ou se somos xenófobos, nacionalistas e egoístas. O Papa compreende que há um medo natural e instintivo que nos protege do estrangeiro, contudo, não ultrapassar o instinto é abdicar da ética e da religião. Não ultrapassar os instintos primários, fechar-se e armar-se, nos privam do encontro com o outro, que é o que nos faz verdadeiramente humanos e cristãos. É inaceitável, diz o Papa, que os cristãos partilhem da mentalidade xenófoba, e fechada em si mesma. Independentemente dos motivos que levam alguém a migrar – guerras, perseguições ou fugas de regimes autoritários ou até mesmo crise climática –, o que se espera de um humanista cristão é que a hospitalidade seja uma virtude a ser alimentada para garantir “a dignidade inalienável de toda pessoa” que nos convoca para um “sentido de responsabilidade

fraterna”, sem a qual passaremos atestado de incoerência entre o que professamos e o que fazemos. Os maiores inimigos da fraternidade universal, nesse aspecto, são os populismos nacionalistas e as economias ditas liberais que pensam que os pobres e imigrantes são pessoas descartáveis, um peso para as economias, e não considerados “suficientemente dignos de participar da vida social como os outros” (FT 39).

5. A ilusão da comunicação. No passado se dizia que a maior solidão era aquela vivida na multidão. Pois, agora, a multidão chegou. A revolução das massas, de Ortega y Gasset, agora se tornou real. Estamos todos conectados e virtualmente no mesmo “ambiente”, contudo, cada um protegido em sua bolha. As redes reduzem as distâncias, porém não reduzem a ignorância que parece invencível. Desaparecem as distâncias, diminui-se a privacidade e aumentam a intolerância e atitudes fechadas. A sociedade do espetáculo de que falava Guy Debord se efetivou e nas redes “tudo se torna uma espécie de espetáculo que pode ser espiado, observado, e a vida acaba exposta a um controle constante...esvai-se o respeito pelo outro e, assim, ao mesmo tempo que o apago, ignoro e mantenho afastado, posso despudoradamente invadir até

o mais recôndito de sua vida” (FT 42). Por outro lado, os meios digitais de comunicação, além de criarem dependência, promovem o isolamento e “perda progressiva de contato com a realidade concreta, dificultando o desenvolvimento de relações interpessoais” (FT 43). O essencial escapa aos meios digitais para uma verdadeira comunicação. Diz o Papa: “fazem falta gestos físicos, expressões do rosto, silêncios, linguagem corpórea e até o perfume, o tremor das mãos, o rubor, a transpiração, porque tudo isso fala e faz parte da comunicação humana” (FT 43). A comunicação digital não é, portanto, suficiente para criar pontes e unir a humanidade, até pelo contrário, faz recrudescer a verdadeira amizade e a construção do “nós”, afirmando-se cada vez mais o individualismo exacerbado e cancelador do outro. Mas o pior nem é isso. O pior é a aceleração da agressividade despudorada. As redes liberaram o que há de pior em matéria de insultos, difamações, falsas informações, impropérios, afrontas verbais destrutivas do outro e “um desregramento tal que, se existisse no contato pessoal, acabaríamos todos por nos destruir mutuamente” (FT 44). Esse ambiente e essas atitudes fomentaram as ideologias do ódio e deram asas aos mentecaptos políticos. “Aquilo que, ainda há pouco tempo, uma pessoa não poderia dizer sem correr o risco

de perder o respeito de todos, hoje pode ser pronunciado com toda grosseria, até por algumas autoridades políticas, e ficar impune” (FT 45). O Papa diz que há três recursos de que a humanidade dispõe para superar a cultura do ódio, do preconceito e da vida em bolhas que se tornaram os meios digitais. Primeiro, a verdadeira comunicação requer a sabedoria do encontro com a realidade, sem os filtros seletivos de cancelar o que desagrada e só curtir e compartilhar o que agrada. Segundo, a sabedoria requer silêncio e escuta. Ou se supera a postura sofisticada de querer destruir o argumento do outro antes mesmo que ele o apresente ou então não haverá caminho para a fraternidade universal. Para isso o silêncio e a escuta acurada que leva à empatia é o que se pode pensar de melhor em termos de sabedoria. E, por fim, é preciso se abrir à verdade que só será possível no diálogo, mas para isso é imprescindível que haja “espíritos livres e dispostos a encontros reais” (FT 50).

6. Esperança. Tudo isso poderia dar a impressão de que o Papa é um pessimista, mas não é. É um realista esperançoso. “Apesar dessas sombras densas que não se devem ignorar, nas próximas páginas desejo dar voz a diversos caminhos de esperança” (FT 54). Um cristão não

tem direito de ser pessimista, assim como não tem direito de ser intolerante, preconceituoso, egoísta, defensor dos poderosos, contra os pobres e a favor do mercado total. Assim é o Papa Francisco, esse raio de esperança que nos convoca a sermos audaciosos e caminharmos na esperança, apesar das sombras que persistem, teimosamente, sobre nossas cabeças.

CAPÍTULO II: O BOM SAMARITANO

O Papa Francisco é um raio de luz no meio da escuridão. Mas o Papa não se vê assim, porque, para ele, a luz é Jesus que, com suas palavras e ações, ilumina a realidade sombria em que vivemos, pelo menos na perspectiva da fé. Do Evangelho de Jesus, o Papa destaca uma parábola que tem a força e brilho de um raio a iluminar a realidade, tanto para os que creem quanto para os homens e mulheres de boa vontade, mesmo os ateus. A parábola é conhecida como o Bom Samaritano. Pela riqueza de detalhes nela contida e pela interpretação que o Papa faz, é conveniente transcrevê-la integralmente, porque não é possível dizer mais e melhor do que ela

mesma em seu conteúdo, estilo, cenário, circunstâncias e personagens.

E eis que um doutor da Lei se levantou e disse para experimentá-lo: “Mestre, que farei para herdar a vida eterna?” Ele disse: “Que está escrito na Lei? Como lês”? Ele, então, respondeu: “Amarás o Senhor teu Deus, de todo teu coração, de toda a tua alma, com toda a tua força e de todo o teu entendimento; e a teu próximo como a ti mesmo”. Jesus disse: “Respondeste corretamente; faze isso e viverás”. Ele, porém, querendo se justificar, disse a Jesus: “E quem é meu próximo?” Jesus retomou: “Um homem descia de Jerusalém a Jericó, e caiu no meio de assaltantes que, após havê-lo despojado e espancado, foram-se, deixando-o semimorto. Casualmente, descia por esse caminho um sacerdote; viu-o e passou adiante. Igualmente um levita, atravessando esse lugar, viu-o e prosseguiu. Certo samaritano em viagem, porém, chegou junto dele, viu-o e moveu-se de compaixão. Aproximou-se, cuidou de suas chagas, derramando óleo e vinho, depois colocou-o em seu próprio animal, conduziu-o à hospedaria e dispensou-lhe cuidados. No dia seguinte, tirou dois denários e deu-os ao hospedeiro, dizendo: ‘Cuide dele, e o que gastares a mais, em meu regresso te pagarei’. Qual dos três, em tua opinião, foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes?” Ele respondeu: “Aquele que usou de misericórdia para com ele”. Jesus então lhe disse: “Vai, e também tu, fazes o mesmo” (Lc 10, 26-37).

Parábola é uma figura de linguagem que convoca o ouvinte à ação. Parábolas não são contadas para ensinamento de ordem epistêmica ou intelectual, mas de ordem prática, ética e política. Quando Jesus contou a parábola do filho pródigo, por exemplo, o que lhe importava era fazer o ouvinte perceber as posturas práticas dos personagens narrados, colocando o ouvinte diante do espelho, enxergando-se como filho mais novo, filho mais velho ou o pai. Não há como ficar indiferente a uma narrativa dessa ordem. Na parábola do bom samaritano acontece o mesmo e, para tirar todas as lições práticas que ela propõe, é importante ter em conta o contexto, o cenário, as circunstâncias e os personagens, pois só assim se capta a mensagem intencionada por Jesus.

O contexto. Uma regra básica para ler a Bíblia é ler cada texto em seu contexto para não virar pretexto de justificar ideologias e interesses escusos, descontextualizando-o. Assim, para melhor entender o poder simbólico e evocativo da parábola do bom samaritano, o Papa Francisco remonta às origens da defesa bíblica da fraternidade que, como um “fio de ouro”, perpassa a Escritura, iniciando pela narrativa de Caim e Abel. Conhecemos a história de Caim e Abel. O cerne da narrativa é a per-

gunta que Deus lança a Caim, depois deste ter matado o irmão Abel. “Onde está Abel, teu irmão”? A resposta que Caim dá é a mesma desculpa de sempre, inclusive a nossa: “Acaso sou guarda do meu irmão?” A pergunta de Deus é incontornável e a interrogação que vem da resposta de Caim já está respondida na pergunta de Deus. Deus não disse, mas fica subentendido: “sim, você é o guarda do seu irmão” e o que você fez não se faz e não há desculpas ou escapatórias. Nesse contexto a dimensão ética e religiosa que nos convoca à fraternidade recebe um lugar central que será elevado a grau máximo nas palavras de Jesus na parábola do bom samaritano. Outro lugar de parada obrigatória no chamado à fraternidade, no contexto bíblico, encontra-se em Jó. O livro de Jó postula um mínimo fraterno e de direitos comuns, para além do sangue familiar, fundados no laço de “parentesco espiritual” que nos envolve a todos pelo fato de termos um “criador comum”. Essa ideia de “criador comum” é um eco da longa tradição judaica que perpassa o Antigo Testamento e que aponta em direção ao princípio da fraternidade, para além do sangue e para além da nacionalidade. O antigo preceito “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19,18) vai se afirmando como regra de ouro de não fazer aos outros o que não queremos que nos façam (Tb

4,5) e que, no Novo Testamento, receberá uma fórmula nova, positiva e definitiva, a saber, “tudo, pois, quanto querei que os outros vos façam, fazei-o, vós também, a eles. Essa é a Lei e os profetas (Mt 7,12). Esse apelo é universal e a conclusão não poderia ser outra senão a de “sede misericordioso como o vosso Pai é misericordioso” (Lc 6,36). Em São Paulo, o princípio de caridade para com todos ganha expressão de programa teológico e social (1Ts, 3,12). É nesse arco ampliado da defesa da fraternidade universal que deve ser inserida, para melhor ser compreendida, a parábola do bom samaritano.

O cenário, as circunstâncias e os personagens. Sobre o cenário o que o texto nos informa é que um homem descia de Jerusalém a Jericó e no caminho foi assaltado, espancado e deixado semimorto. Nada mais. E o texto, ainda, nada diz sobre quais foram as circunstâncias do evento. Não dá detalhes dos assaltantes, nem do homem assaltado e espancado e jogado no caminho. Não diz se foi de dia ou de noite, quantos assaltantes havia, quem eram, que arma usaram, qual sua etnia, religião, nacionalidade etc. Nada disso importa para a moral da parábola. Não faz juízo sobre os salteadores e sua índole. Nem lamenta o fato e muito menos prega vingança que

geraria mais violência. Simplesmente toma o fato como ponto de partida já consumado. Mas, se o texto pouco ou nada diz sobre o cenário e as circunstâncias, diz muito sobre os personagens que entram na cena e completam o drama, o que, por força performativa, nos arrasta também para dentro da cena. Se sobre os salteadores e o homem caído a parábola dá como fato consumado, já não dá para dizer o mesmo dos outros personagens. Estes sim, dão o que pensar. Os primeiros são os que “passam adiante”. “Casualmente, descia por esse caminho um sacerdote; viu-o e passou adiante. Igualmente um levita, atravessando esse lugar, viu-o e prosseguiu”. Logo os que deveriam, por dever de ofício, parar e socorrer, “passam adiante”? É um paradoxo e o paradoxo faz pensar e, no caso, faz parar para pensar quem são os sacerdotes e os levitas. Não seriam eles os que ensinam o dever de socorrer e amar e praticar a lei? Se pregam uma coisa e fazem outra, então são, além de insensíveis, hipócritas. Diz o Papa: “o fato de crer em Deus e adorá-lo não é garantia de viver como agrada a Deus” (FT 74). Mas seria injusto apontar para essas duas personagens como se fossem alguém que não nos diz respeito. Injusto e perigosamente confortável, mas ilusório, acharmo-nos justificados por não pertencermos a essas duas classes. Não se enxergar espelhados na atitude

de indiferença pode ser confortável, mas não faz jus à realidade. Quem nunca passou adiante? Esse espelhamento deixa-nos desconfortáveis e incomodados. Por outro lado, é preciso dizer também que, às vezes, “aqueles que dizem que não acreditam podem viver melhor a vontade de Deus do que aqueles que creem” (FT 74). E que dizer do homem ferido e deixado à beira do caminho? O texto nada diz, além do seu lamentável estado, mas faz dizer. E o que faz dizer é que, atualmente, não faltam humanos abandonados, despidos de dignidade e violentados, deixados à margem da sociedade. Diz o Papa: “Hoje, há cada vez mais feridos. A inclusão ou exclusão da pessoa que sofre na margem da estrada define todos os projetos econômicos, políticos, sociais e religiosos. Dia a dia, enfrentamos a opção de sermos bons samaritanos ou caminhantes indiferentes, que passam ao largo” (FT 69). E o Papa arremata dizendo que, diante das pessoas caídas e feridas, há uma redução das possíveis atitudes em apenas duas: “Já não há diferença entre habitante da Judeia e habitante da Samaria, não há sacerdote e nem comerciante; existem simplesmente dois tipos de pessoas: aquelas que cuidam do sofrimento e aquelas que passam ao largo; aquelas que se debruçam sobre o caído e o reconhecem necessitado de ajuda e aquelas que olham

distraídas e aceleram o passo. De fato, caem as nossas múltiplas máscaras, os nossos rótulos e os nossos disfarces: é a hora da verdade” (FT 70). Por fim, e o central, é a atitude do samaritano. O samaritano foi, concretamente, quem se fez próximo do judeu caído. A atitude do samaritano, não sendo judeu, considerado impuro por este, é de um poder simbólico absoluto. Fez o bem sem olhar a quem. Ultrapassou todas as barreiras culturais, religiosas e históricas. Levou o amor ao próximo ao patamar superior. Todas as fronteiras foram ultrapassadas, em nome do amor e do cuidado. Ele fez o que não lhe era um dever, fez por amor. Deu de seu tempo, dinheiro, preocupação. Realizou o mandato do amor de uma forma exemplar. No seu gesto está sintetizado o que de melhor se pode dizer sobre o amor ao próximo. Um amor incondicional e universal. Realizou de forma plena a dimensão fraterna de toda a espiritualidade que se queira cristã.

CAPÍTULO III: PENSAR E GERAR UM MUNDO ABERTO

No terceiro capítulo da Fratelli Tutti, Papa Francisco dá um passo a mais em direção ao tema da fraternidade

universal e amizade social. Para isso instiga o leitor a sair das bolhas fechadas e pensar e gestar um mundo aberto ao outro, para além dos afetos, do sangue, da nação.

Há algo em nós que resiste ao outro, mas há algo em nós que nos impulsiona ao amor ao outro. Sem o outro, quem somos? Os outros, no seu encontro e relação, definem a identidade pessoal de cada humano. E, sobretudo, na doação ao outro é que cada um se encontra em sua plena humanidade. Fora do outro não há salvação. Os individualistas e egoístas estão equivocados. Na geografia constatamos que há ilhas, mas na alma e no corpo humano o que há são relações. Fora das relações não há salvação.

Essa parece ser a síntese deste capítulo da Fratelli Tutti, que o Papa desdobra em seis pontos:

1. Hospitalidade e amor para além da “bolha”. A questão aqui não é teórica ou especulativa. Não há ser humano que não possa testar e atestar em favor da experiência existencial de que “a partir da intimidade de cada coração, o amor cria vínculos e amplia a existência” (FT 88), arrancando a pessoa de si mesma e projetando-a para o outro. O amor nos puxa para fora da “caverna do eu” e nos conduz para a luz, a beleza, a graça, o dom, a

revelação que vem do outro. O outro não é “um inferno”, como dizia Sartre. Somos o paraíso um do outro e, às vezes, o inferno. Não é assim com a mãe e o pai? Não é assim com os irmãos de sangue? Não é assim com os amigos? Contudo, esse círculo ainda é restrito. A novidade vem do além, da hospitalidade, inclusive com o estranho. “Não posso reduzir a minha vida à relação com um pequeno grupo, nem mesmo com minha própria família, porque é impossível compreender a mim mesmo sem uma teia mais ampla de relações” (FT 89). Alguém pode objetar e dizer que o que importa são relações intensas e com poucas pessoas, porém, diz o Papa, as relações intensas de vínculo de casal ou de amigos, podem esconder um egoísmo disfarçado de amor. O amor e as amizades autênticas habitam “corações que se deixam completar”. E o Papa diz mais: “Os grupos fechados e os casais autorreferenciais, que se constituem com um “nós” contraposto ao mundo inteiro, habitualmente são formas idealizadas de egoísmo e mera autoproteção” (FT 89). O Papa, nesse aspecto, é radical, isto é, vai à raiz. Ele diz que as virtudes éticas, tais como fortaleza, temperança, sobriedade, laboriosidade etc., só são tais se forem completadas com a caridade, sem a qual, recordando Santo Tomás de Aquino, o Papa diz que “a temperança de uma pessoa avarenta

nem sequer é virtuosa” (FT 91). Em outras palavras, sem a caridade, as outras virtudes não cumprem autenticamente os propósitos de Deus.

2. A progressiva abertura do amor. Muros, fronteiras e periferias demarcam o “eu e o outro”, o centro e a margem. O medo e a insensibilidade fecham o humano em si mesmo e, no máximo, com os seus. O amor, contudo, rompe diques, muros, ultrapassa fronteiras e periferias, ampliando tanto o círculo de fraternidade quanto o círculo da formação da subjetividade que constitui a identidade pessoal. Diz o Papa: “Por sua própria dinâmica, o amor exige uma progressiva abertura, uma maior capacidade de acolher os outros, em uma aventura sem fim, que faz convergir todas as periferias rumo a um sentido pleno de mútua pertença. Disse-nos Jesus: ‘Todos vós sois irmãos’” (Mt 23,8) (FT 95). A progressiva abertura do amor ultrapassa os limites geográficos e também existenciais. Há “exilados ocultos” na própria terra. “Cada irmão que sofre abandonado ou ignorado pela minha sociedade, é um forasteiro existencial, embora tenha nascido no mesmo país” (FT 97). O amor progressivo respeita a diversidade, mas aponta para a universalidade concreta em que a base será o que o Papa chama de

“amizade social”, começando pelos últimos, deficientes e idosos. Não se trata, portanto, de um universalismo abstrato ou autoritário. Ambos seriam noções inadequadas de um amor universal.

3. Superar um mundo de sócios. Neste item o Papa retoma, num primeiro momento, a parábola do bom samaritano para dizer que as personagens que passaram ao lado do homem ferido no caminho “não se concentraram no chamado interior de fazer-se próximas”, mas estavam preocupadas com a função que exerciam na sociedade. “Sentiam-se importantes para a sociedade de então, e o que mais as preocupava era o papel que deviam desempenhar” (FT 101). Para o papel que exerciam na sociedade, o homem ferido no caminho era um “incômodo”, uma “interrupção” do seu papel, justamente para com alguém que não exercia papel algum dentro da sociedade. O caído era um “zé ninguém”. É de se notar que justamente um samaritano, um estrangeiro, fora de qualquer categoria social de destaque, um estranho, livre das etiquetas sociais e livre da possível “imagem” a preservar, justamente ele se faz próximo do “zé ninguém”. Foi uma relação de “ninguém para ninguém”. Que crítica profunda aos “bem incluídos das rodas sociais e das igre-

jas” Jesus não estava fazendo ao contar essa parábola? Parece que Jesus estava querendo dizer que para a vida em sociedade mais vale ser próximo do que ser sócio. Sócio compartilha papéis e funções e se interessa pelos “iguais”, mas não “perde tempo” com os “outros”, sobretudo os que nada têm a oferecer em troca.

4. Amor universal que promove as pessoas.

Só há um caminho seguro para caminhar rumo à amizade social e à fraternidade universal. Esse caminho é pavimentado pelo princípio da dignidade humana, universal e intransferível. Nesse aspecto, o Papa Francisco faz eco à ideia kantiana que diz que “as coisas têm preço, os humanos têm dignidade”. Se os humanos tivessem preço, poderiam ser trocados no mercado de valores relativos. Isso significa que não se pode avaliar uma pessoa pelo que tem, produz ou pela sua utilidade. “Quando não se salvaguarda esse princípio elementar, não há futuro para a fraternidade universal nem para a sobrevivência da humanidade” (FT 107). O problema está no fato de que há sociedades que acolhem apenas parcialmente esse princípio. Os defensores da meritocracia e do mercado autorregulador, por exemplo, são desse grupo. O Papa Francisco desmonta a tese da meritocracia e do mercado total de

uma forma serena, sutil e definitiva. Diz o Papa: “Alguns nascem em famílias com boas condições econômicas, recebem boa educação, crescem bem alimentados, ou possuem por natureza notáveis capacidades. Seguramente não precisarão de um estado ativo e apenas pedirão liberdade. Mas, obviamente, não se aplica a mesma regra a uma pessoa com deficiência, a alguém que nasceu num lar extremamente pobre, a alguém que cresceu com uma educação de baixa qualidade e com reduzidas possibilidades para cuidar adequadamente das suas enfermidades. Se a sociedade se reger primariamente pelos critérios da liberdade de mercado e da eficácia, não haverá lugar para tais pessoas e a fraternidade não passará de uma mera palavra romântica” (FT 109).

5. Promover o bem moral. A superação de uma sociedade que proclama o “eu” acima do “nós” e que tende a se expressar na cultura do egoísmo que funda o capitalismo excludente tem, na defesa da dignidade humana, um pilar seguro. O outro pilar é a educação para os valores morais e bens espirituais mais altos. A família e a escola são os lugares preferenciais para a educação para o bem. A crise civilizacional se dá, em boa medida, por alimentarmos desejos infinitos de bens materiais e deixar-

mos em segundo plano os bens de ordem moral e espiritual. O Papa Francisco tem clara noção do que está posto quando fala de valores morais e dá um destaque todo especial ao valor da solidariedade que, ao lado da honestidade, bondade e a fé, são um fundamento seguro para a amizade social e a construção da fraternidade universal. “A solidariedade manifesta-se concretamente no serviço, que pode assumir formas muito variadas de cuidar dos outros...Os menos favorecidos, em geral, praticam aquela solidariedade tão especial que existe entre os que sofrem...Solidariedade é muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais” (FT 115-116). Só com espírito de solidariedade realizaremos o bem comum que implica em renúncia do interesse próprio em nome de um bem maior e mais excelso. Poupar água, mesmo tendo condições de pagar pelo excesso, em nome da preservação da casa comum, é um exemplo de solidariedade.

6. Função social da propriedade. “O mundo existe para todos, porque todos nós, seres humanos, nascemos nessa terra com a mesma dignidade” (FT 118), diz o Papa Francisco ao se referir ao direito que os humanos têm a uma vida integralmente desenvolvida. Recorda, para tanto, a longa tradição da igreja que defende o direito dos pobres e a necessária função social da propriedade. São João Crisóstomo diz que se alguém não tem o necessário para viver com dignidade é porque outros se apropriaram indevidamente: “não fazer os pobres participar dos próprios bens é roubar e tirar-lhe a vida; não são nossos, mas deles, os bens que aferrolhamos” (FT 119). São Gregório Magno não é menos incisivo: “quando damos aos indigentes o que lhes é necessário, não oferecemos o que é nosso; limitamo-nos a restituir o que lhes pertence” (FT 119). Mais direto e definitivo, impossível. Contudo, o Papa Francisco vai além, recordando o que já tinha dito na *Laudato si'*, a saber: “a tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada e salientou a função social de qualquer forma de propriedade privada” (FT 120). O Papa Francisco encerra a reflexão sobre a função social propriedade, elogiando os empresários que fomentam o desenvolvimento, contudo, chamando-os à responsabili-

dade para que o desenvolvimento esteja a favor da vida e não para a acumulação do capital. E conclui com a sua tradicional defesa dos direitos humanos para além das fronteiras dizendo: “Se toda pessoa possui uma dignidade inalienável, se todo ser humano é meu irmão ou minha irmã e se, na realidade, o mundo pertence a todos, não importa se nasceu aqui ou vive fora dos limites do seu próprio país. Também minha nação é responsável por seu desenvolvimento” (FT 125).

CAPÍTULO IV: UM CORAÇÃO ABERTO AO MUNDO INTEIRO

Somos todos irmãos ou a fraternidade e a amizade social não passam de um devaneio? Dizer que não somos todos irmãos e que somos, antes, inimigos uns dos outros e que deveríamos acentuar e acirrar a inimizade, implodiria a vida societária e só um irresponsável poderia assim pensar. E o Papa não é um irresponsável. Mas também não é um idealista a tal ponto de pensar que já vivemos integralmente a fraternidade. Não. A fraternidade não é um fato, é um dever, um ideário a ser buscado para a

convivência e para concretizá-la é indispensável enfrentar alguns desafios.

1. Desafio que vem dos limites das fronteiras. Melhor seria não ter migrações e cada um viver dignamente no chão em que nasceu. Contudo, as migrações são uma realidade e enquanto houver migrações o desafio é dar condições ao migrante para “realizar-se plenamente como pessoa”. Para mostrar que a relação com os migrantes não deve ser de passividade, mas de ativa atenção, o Papa Francisco põe em evidência quatro verbos que instigam quatro ações em favor dos migrantes: acolher, proteger, promover e integrar. Nada de assistencialismo paternalista esporádico que dá a falsa impressão de solidariedade. Não. O Papa é realista, objetivo e positivo. Ele não fica nas abstrações, mas enumera ações efetivas que, se aplicadas, possibilitam ao migrante viver uma vida digna. Que ações seriam essas? O Papa nos diz: “Incrementar e simplificar a concessão de vistos ... abrir corredores humanitários para os refugiados mais vulneráveis, oferecer um alojamento adequado e decente, garantir a segurança pessoal e o acesso aos serviços essenciais, assegurar uma adequada assistência consular, o direito de manter sempre consigo os documentos pessoais de iden-

tidade, um acesso imparcial à justiça, a possibilidade de abrir contas bancárias e a garantia do necessário para a subsistência vital, dar-lhe liberdade de movimento e possibilidade de trabalhar, proteger os menores e assegurar-lhes o acesso regular à educação ... garantir a liberdade religiosa ... favorecer a reunificação familiar e preparar as comunidades locais para os processos de integração” (FT 130).

2. O desafio do intercâmbio e dom recíproco. O desafio aqui é enxergar o outro, o migrante, não como inimigo, mas como alguém portador de histórias, culturas e valores que podem enriquecer o habitante local e, na troca, ambos saírem mais humanizados. Isso não é automático, mas é um desafio a ser perseguido. Assim como num jardim a diversidade constitui a beleza, nas relações humanas, a diversidade cultural faz a riqueza. Contudo, o Papa vai além do utilitarismo que está no substrato de toda argumentação do benefício mútuo e da riqueza advinda das partes em relação. Chama atenção para a gratuidade, isto é, “a capacidade de fazer algumas coisas simplesmente porque são boas em si mesmas, sem preocupação com ganhos ou recompensas pessoais” (FT 139). O espírito de gratuidade permite acolher o outro, o

estrangeiro, sem esperar nada em troca. O Papa nesse aspecto é duro e direto: “Há países que pretendem apenas receber cientistas e investidores” (FT 139). E conclui com uma crítica aos nacionalismos fechados que concebem os migrantes como usurpadores e os pobres como perigosos ou inúteis, mas são generosos com os “poderosos e investidores”. Não haverá futuro para uma cultura assim.

3. Desafio do local e universal. Por fim, o desafio de sintetizar o local com o universal, a terra em que se nasce e se vive, com o global. Ambos, o local e o universal, são grandezas legítimas e merecem ser levadas a sério na construção da fraternidade e da amizade social. O local sem o universal é fechamento, mesmice e cotidianidade mesquinha e redutiva. Mas o universal sem o local é alma sem corpo, desenraizamento e universalismo abstrato. O saudável é evitar os extremos sem excluir os polos em tensão. A tensão entre o pensar globalmente e agir localmente é o que faz o universal concreto se expressar eficazmente. O Papa Francisco fala do “sabor local e horizonte universal” (FT 143-146). De fato, síntese maior não há. O sabor vem dos sentidos do corpo e o corpo ocupa um lugar, um chão, uma pátria, uma cultura e aí nasce, cresce e se desenvolve. É no local que acontecem

os amores, as amizades, as lutas e as experiências mais significativas na constituição da própria identidade. Contudo, sem horizonte universal o bairrismo toma conta, a cultura do condomínio e do gueto separatista se instala e perde-se a abertura ao outro, indispensável para a construção da subjetividade alargada de alma e de coração. Numa metáfora, sem o universal a vida estaria mais para a vida da galinha do que para vida da águia.

CAPÍTULO V: A MELHOR POLÍTICA

A abordagem da melhor política é feita através de quatro pontos que se complementam e formam um todo organizado. Analisemos cada um dos pontos.

1. Populismos e liberalismos. É curioso que o Papa entre no debate sobre o populismo e liberalismo, mas quando se lê com cuidado a forma como ele aborda esses dois conceitos, não dá para não reconhecer o seu potencial analítico. Sobre o populismo o Papa faz uma leitura diferente da que estamos habituados. Via de regra, interpretamos os populismos com viés negativo, de tal forma que a imprensa e os analistas chegam a dividir

as políticas em duas, as populistas e as não populistas, dando a entender que as não populistas são boas e as populistas são negativas. Não é o que o Papa faz, se bem que também mostra que há populismos que se valem do povo, mas que escondem interesses próprios, menos do povo. Usar o povo contra o povo, eis o populismo de viés negativo. Contudo, é preciso pensar as políticas populares no seu sentido positivo. E, aqui, seria melhor usar o termo “populares” e não populismo. E, para tanto, o Papa Francisco resgata a positividade do conceito “povo”. Povo é um todo organizado, com objetivos comuns, projetos, narrativas e sonhos coletivos. Então, é preciso ter cuidado quando se fala em políticas não populistas como sinônimo da “boa política”. Se há um populismo equivocado e fechado que deforma a noção de povo (FT 160), isso não significa que a alternativa seja, automaticamente, o não populismo. Atrás dessa afirmação podem estar escondidos os mais altos interesses dos ricos, defendidos pelo liberalismo. Sobre o liberalismo o Papa é duro: “A categoria do povo, que inclui intrinsecamente uma avaliação positiva dos vínculos comunitários e culturais, habitualmente é rejeitada pelas visões liberais individualistas, que consideram a sociedade como mera soma de interesses que coexistem” (FT 163). Os liberais falam em liberdade,

mas sem vínculo a uma narrativa comum. Os liberais, via de regra, acusam de populistas os líderes que defendem os direitos dos mais frágeis da sociedade. Para os liberais, a categoria de povo é uma mistificação e um romantismo. Mas, diz o Papa, isso é um equívoco que esconde interesses dos mais fortes que preferem o povo desorganizado para melhor fazer valer seus interesses privados. O povo organizado nos movimentos populares, sociais e identitários, são interpretados como um perigo, ao invés de os perceberem como uma força de humanização e libertação que vem da sociedade civil. Os liberais querem o mercado como regulador, desconstruindo as instituições e os movimentos de base. Sobre o mercado, o Papa é muito claro, direto e crítico. Diz o Papa: “O mercado, per se, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer nesse dogma de fé neoliberal. Trata-se de um pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja” (FT 168).

2. O poder internacional. O poder político dos Estados nacionais é a instância maior de resolução de conflitos, de coordenação de um povo na defesa do bem comum e, sobretudo, para limitar o poder selvagem do mercado. Só os Estados nacionais podem ajudar uma

comunidade histórica a fazer a sua história. Contudo, há limites para os Estados nacionais, sobretudo em tempos de globalização em que as grandes corporações se sobrepõem aos povos, cultura, nações e aos próprios Estados, colocando-se acima dos interesses nacionais em favor dos seus próprios interesses, nem sempre confessáveis. O Papa lamenta que da crise de 2008 não tenha surgido maior regulamentação e que não tenham surgido organismos internacionais para preencher o vácuo que nem a ONU, nem outros organismos existentes estão conseguindo ocupar. A perda do poder dos Estados nacionais, aliada à fragilidade dos organismos institucionais internacionais, faz com que o Papa insista na necessidade de “criação de organizações mundiais mais eficazes, dotadas de autoridade para assegurar o bem comum mundial, a erradicação da pobreza e da miséria e a justa defesa dos direitos humanos fundamentais” (FT 172). Em tempos globais sem poderes políticos globais, que representem os Estados membros, ficaremos todos reféns do mercado e este das grandes corporações que agem não em nome do bem comum e da fraternidade universal, mas em nome do aumento de seu poder, submetendo povos e culturas à ferocidade do capital que não tem alma e nem coração, mas tem de sobra apetite e desejos por mais capital.

3. Caridade social e política. Há vários motivos para desconfiar da política e dos políticos, sobretudo pelas alianças nefastas que estes fazem com o empresariado que os financia e depois ficam reféns de seus interesses, pelas promessas falsas, pelas mentiras que contam, pelos métodos pouco éticos de que se valem para chegar ao poder e se manter, pelas falcatruas e desvio de dinheiro etc. Contudo, cuidado! “Poderá o mundo funcionar sem política? Poderá encontrar um caminho eficaz para a fraternidade universal e a paz social sem uma boa política?”, pergunta-se o Papa Francisco. E a resposta é um sonoro “não”. O Papa Francisco é incisivo nesse aspecto. Ele diz que, embora se faça o mau uso do poder político, sem a política só sobraria o poder do mais forte. E reitera que a política não deve ser submetida à economia e a economia não pode ficar refém do modelo eficientista da tecnocracia. Só pela política podemos realizar o sonho de uma terra sem males e realizar sonhos duradouros de paz e justiça social. O mercado não resolve tudo. O mercado sem a política pode até gerar riquezas materiais, mas, além de gerar desigualdades inaceitáveis, gerará a ideia de que somos concorrentes, egoístas e desinteressados com o desenvolvimento integral da pessoa humana

e o cuidado com a casa comum. É por conta disso que o Papa fala da necessidade da política e, conectado à tradição da Doutrina Social da Igreja, reafirma que a política é a forma mais alta de caridade. Um ato governamental ou uma lei do parlamento pode mudar o destino de milhões. Então, como não considerar a política como caridade? (FT 180-185). Só a política pode nos tornar partícipes de um povo com destino comum. Fora dela seremos somente indivíduos atomizados, com interesses mesquinhos e superficiais, com atos de caridade isolados e que pouco resultam na construção eficaz da fraternidade universal e da amizade social.

4. A atividade do amor político. Neste item o Papa Francisco, primeiramente, retoma Santo Tomás de Aquino, que faz uma distinção entre amor “elícito” e amor “imperado”. O primeiro brota da virtude da caridade subjetiva e pessoal dirigida a pessoas e a povos. A segunda forma de amor diz respeito ao amor social e político, que impele a ações de alcance social e para a construção de instituições e estruturas que garantem o bem. O Papa Francisco utiliza um exemplo para clarear o sentido das duas atividades amorosas. Diz o Papa: “Alguém ajuda um idoso a atravessar o rio, e isso é caridade primorosa, mas

se o político lhe constrói uma ponte, isto também é caridade. É caridade se alguém ajuda outra pessoa fornecendo-lhe comida, mas se o político lhe cria um emprego, exerce uma função sublime de caridade que enobrece a sua ação política” (FT 186). Tanto a caridade pessoal quanto a política, recorda o Papa, têm na opção preferencial pelos pobres o seu alvo central. Contudo, a opção não é de manutenção da pobreza, mas em vista da recuperação da dignidade, promovendo participação efetiva na sociedade sem cair no assistencialismo que humilha e torna os pobres “seres domesticados e inofensivos” (FT 187). Para tanto, o político necessita de um olhar amoroso, amplo, construtor de grandes projetos, preocupado com os direitos humanos e com a promoção do bem comum, superando o espírito mercantilista e individualista, encontrando soluções eficazes para exclusão social, a violência, a fome e as injustiças de toda ordem (FT 188-189). Além disso, para um bom político, não deve faltar capacidade de ouvir e se abrir aos apelos e sofrimentos que vêm dos outros, encaminhando soluções e resoluções de conflitos, sem fanatismos e fechamentos que promovem intolerâncias e cultura do ódio. Por fim, do bom político espera-se a ternura e o amor que espalham esperança e não medo, semeie soluções e não intrigas, aponte para horizontes

largos e não fique nas miudezas da vida, que se comunique com alma e com coração e não simplesmente busque resultados e pense em manutenção do poder. Tudo isso enobrece a política e dignifica o humano.

CAPÍTULO VI: DIÁLOGO E AMIZADE SOCIAL

Imaginemos um mundo sem diálogo, onde a regra seja o fechamento, a elevação do eu prepotente a um patamar que não olha para ninguém, a ninguém vê e escuta e, sobretudo, que não busque acordos, consensos, unidade para nada, e que tudo seja resolvido no soco, no grito e na violência. Dá para imaginar um mundo assim? E o pior, dá para desejar viver num mundo assim? Se a resposta for sim, então esse mundo já não seria humano, pois o humano tem no logos, no discurso, na conversa, na linguagem, na comunicação e no diálogo, seu modo peculiar de ser. O humano mora na comunicação, na linguagem e no diálogo. Fora dele, a barbárie! Fora do diálogo não há salvação. Essa parece ser a tese do capítulo VI da Fratelli Tutti que o Papa Francisco elabora em quatro pontos.

1. Diálogo social para uma nova cultura. O diálogo é o meio-termo de ouro entre a indiferença egoísta e a violência. A indiferença afasta um do outro evitando o encontro. A violência vai ao encontro do outro, atropelando-o. Nem uma nem outra atitude constrói fraternidade e amizade social. Só o diálogo tem o poder de criar pontes para a fraternidade universal. Diálogo não só entre indivíduos, mas entre gerações, entre povos abertos, diálogo no interior de um país e suas riquezas culturais – cultura popular, cultura universitária, cultura artística e tecnológica etc. Agora, é preciso distinguir diálogo de “troca de opiniões”. Troca de opiniões não passa de um monólogo esquizofrênico com a solidão. Opinião cada um tem a sua. Não se chega a acordos, consensos ou à verdade mediante opiniões. Na arena das opiniões sai-se de uma conversa exatamente como se entrou. Às vezes, sai-se até pior do que se entrou, pelo clima de guerra, disputa e agressividade que costuma se estabelecer, sobretudo, nas mídias e redes sociais. O verdadeiro diálogo tem algo de essencial e inegociável a ser buscado, a verdade e o bem comum. Fora do horizonte da verdade e do bem comum, isto é, do terceiro para além dos dialogantes, diz o Papa Francisco, o que há são “meras negociações visando à obtenção de poder e de maiores vantagens possíveis” (FT

202). O diálogo social autêntico requer o respeito pelo ponto de vista do outro e, previamente, considerar como legítimas as crenças e convicções do interlocutor. Para um genuíno diálogo não se pode entrar com o interesse sofisticado de derrotar e vencer o outro, mas com espírito de mútuo convencimento para que o resultado seja a expressão da verdade ou o bem a ser buscado em benefício da sociedade.

2. A base dos consensos. Para o Papa Francisco o diálogo é um caminho seguro se os dialogantes estiverem de acordo quanto à necessidade de transcender tanto o relativismo quanto o consenso sem base na verdade e valores permanentes que estruturam as sociedades. Que o relativismo seja algo a ser evitado, parece haver acordo em todas as vozes mais lúcidas de todas as áreas do conhecimento e da vida prática. A questão a ser debatida é quanto ao consenso. O Papa insiste numa tese muito cara na tradição filosófica e teológica que pressupõe a verdade e o bem, e pressupõe que a razão humana seja capaz de reconhecê-los, pois negá-los seria cair em contradição teórica e com consequências indesejáveis do ponto de vista moral. A lei e o consenso, diz o Papa, repousam sobre a verdade, sem o qual não teriam razão de

ser e seriam objeto de manipulação dos mais fortes que se aproveitam da sociedade plural em benefício próprio. “O que chamamos de “verdade” não é só a comunicação de fatos pelo jornalismo. É, em primeiro lugar, a busca de fundamentos mais sólidos que sustentam nossas escolhas e nossas leis. Isso significa aceitar que a inteligência humana pode ir além das conveniências do momento atual e aprender algumas verdades que não mudam, que eram verdade antes de nós e sempre o serão. Indagando sobre a natureza humana, a razão descobre valores que são universais, porque dela derivam” (FT 208). Uma frase dessas faz os sofistas, Nietzsche e os teóricos do consenso, sem verdades absolutas, se remexerem no túmulo, mas o Papa não se deixa abalar pelo barulho dos esqueletos se revirando. Ele sabe com quem dialoga, mesmo que os dialogantes estejam ocultos. Com coerência firma seu lugar de fala e espera que o interlocutor possa apresentar seus argumentos. E para o interlocutor oculto, o Papa Francisco recorda que sem essa base para o consenso, não há como falar em dignidade humana, direitos humanos fundamentais e tudo viraria uma questão de cálculo de vantagens e desvantagens. Sem valores universalmente válidos, como considerar o valor intrínseco de um deficiente mental, de um idoso que já não produz, de um

mendigo que nada contribui para a sociedade etc? Como dizer que um bilionário e um miserável têm valor moral igual se tudo for relativo ou se fruto de meros consensos provisórios? É por conta disso que, numa sociedade plural, o diálogo é o caminho mais adequado para a formação de consensos baseados na verdade e no bem a serem buscados. Um diálogo de razões abertas em que se busquem consensos ancorados na verdade e no respeito de valores permanentes, para o bem da sociedade e de cada um (FT 112-113).

3. Uma nova cultura. O Papa Francisco cita o poeta e músico brasileiro Vinicius de Moraes como uma espécie de frase síntese da cultura do encontro: “A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro na vida”. O Papa é um apaixonado pela cultura popular e sabe bem que o povo ama se encontrar, embora haja tantos desencontros. A cultura do encontro é a cultura da acolhida da diferença para formar uma unidade mais alta e rica, com a participação de todos, sobretudo dos que estão à margem, nas periferias geográficas, sociais e econômicas. Cultura é algo que vingou no povo, que penetrou no cotidiano e que faz parte das convicções e aspirações mais profundas e se manifesta nos estilos de

vida, no modo de viver e nos hábitos do cotidiano. As vantagens de uma cultura do encontro são inúmeras. Dentre as principais está a paz. Pode haver paz por cima e construída em escritórios, por medo, por força, e essa sempre será passageira. A paz que vem do encontro, do reconhecimento da dignidade do outro, da integração dos diferentes, da amizade social, que inclua os deserdados da terra é a mais difícil, mas é a mais sólida, verdadeira e duradoura. Tudo isso é processual e precisa ser estimulado, ensinado e vivido. Por outro lado, quando não há a cultura do encontro e não há o reconhecimento da dignidade dos outros, sobretudo dos pobres, a instabilidade será a regra e, cedo ou tarde, as consequências virão e, às vezes, na forma mais indesejada possível das múltiplas formas de violência. Por isso, o Papa insiste na necessidade de um pacto social e um pacto cultural “que respeite e assuma as diversas visões de mundo, as culturas e os estilos de vida que coexistem na sociedade” (FT 219). Pacto se faz com identidade e interesses diferentes e, portanto, exige que cada uma das partes ceda para o bem comum. Não dá para os poderosos quererem tudo e mais um pouco...!

4. Recuperar a amabilidade. Quão amável é uma pessoa amável! Quão amável é uma pessoa respeitosa, carinhosa, educada, pacificadora, tolerante, aberta, de presença elegante e que cultiva hábitos simples como dizer “obrigado”, “com licença”, “por favor”, “desculpe”. Quão amável é uma pessoa generosa, benigna, colaboradora, que cria pontes ao invés de muros, que cria espaços de partilha, de encontros e de reconciliação ao invés de estimular o ódio e a vingança. Recuperar a amabilidade em tempos de individualismo possessivo é um ato revolucionário de alto valor transformador. Num mundo do “salve-se quem puder”, agressivo, áspero, rude, cancelador, intolerante e promotor de ódio, a amabilidade se apresenta como uma virtude tão apreciável que quem a pratica torna-se “estrelas no meio da escuridão” (FT 222). Recuperar a amabilidade é recuperar a ética e a etiqueta ao mesmo tempo. Com ética e etiqueta, todos ganham e ninguém perde.

CAPÍTULO VII: CAMINHOS DE UM NOVO ENCONTRO

O sétimo capítulo da Fratelli Tutti trata dos caminhos que possibilitam curar as feridas, depois de as pessoas, povos ou culturas passarem por processos de injustiças, violências e traições. Aqui entram em ação os arquitetos e artesãos da paz que, através do perdão, sem, contudo, o esquecimento, nos lançam para o futuro com a promessa de novos encontros. Esse apaixonante tema o Papa o conduz e o elabora através de quatro pontos.

1. Recomeçar a partir da verdade. A cada dia somos diferentes. Depois de uma briga, de um conflito, de um processo de ruptura, mudamos mais ainda e não há como retornar ao estágio anterior. Mas há como recomeçar se a verdade for colocada na mesa, sem dissimulações e falsidades que ocultam a realidade. A memória penitencial que assume o passado e possibilita projetar novos futuros, necessariamente, precisa passar pela “verdade histórica dos fatos” para abrir caminhos de uma nova síntese. Esse processo requer tempo e paciência e se a ruptura ou conflito for de um grupo, povo ou cultura contra outra, é preciso que se honre a memória das

vítimas e que se elabore um novo recomeço a partir da verdade, justiça e perdão. De fato, diz o Papa, a verdade não deve levar à vingança, mas antes à reconciliação e ao perdão. A violência gera violência, a morte gera morte e o ódio gera ódio. A verdade dos fatos colocados à mesa e os atores envolvidos colocados face a face, com atitude e abertura de perdão, então haverá uma chance de justiça e reconciliação, mesmo sabendo das dificuldades que se apresentam no processo. As dificuldades são amenizadas se houver uma arquitetura e artesãos que planejam, desejam e executam processos de paz.

2. Arquitetura e artesanato da paz. Seja numa relação interpessoal, de grupo ou de um povo, ou mesmo de classes sociais no interior de uma nação, quando ocorrem violências, conflitos e rupturas, deveríamos ter presente o que acontece numa família. No âmbito familiar também ocorrem discussões e, às vezes, rupturas, mas o bem comum, o elo familiar, geralmente, fala mais alto. “Em uma família, os pais, os avós, os filhos são de casa; ninguém fica excluído. Se alguém tem uma dificuldade, mesmo grave, ainda que seja por culpa dele, os outros correm em sua ajuda, apoiam-no, a sua dor é de todos ... Nas famílias todos contribuem para o projeto comum

... sem anular o indivíduo; pelo contrário, sustentam-no, promovem-no. Podem brigar entre si, mas há algo que não muda: este laço familiar” (FT 230). Não seria desejável que o modelo familiar fosse estendido aos adversários políticos, vizinhos e a qualquer situação social de conflito? A questão que se coloca é: como se alcançar a reconciliação e a paz e superar o que nos divide? Qual o caminho? O Papa Francisco chama atenção para alguns aspectos: a) é preciso reconhecer a legitimidade de cada um e confiar na promessa que cada um carrega consigo, pois é da promessa que nasce a esperança; b) cada uma das partes necessita se sentir em casa, com sentimento de pertença e numa atitude proativa, desde sua identidade e situação; c) o bem comum a ser buscado deve deixar para trás os desejos egoísticos de domínio, posse ou de vingança; d) a arquitetura da paz e da reconciliação requer esforços comuns em níveis diferentes, institucional e pessoal, mas com horizonte comum e com implicação de todos; e) a promoção da amizade social necessita integrar os mais vulneráveis e os últimos da sociedade, sem os quais, a pacificação sempre será superficial e de conveniência, sem o caráter de verdade e de justiça, tão caros para uma paz autêntica e duradoura.

3. O valor e significado do perdão e da memória. O Papa Francisco tem ciência do seu lugar de fala e dialoga com outros desde seus lugares de fala. No caso do perdão, o Papa sabe que nem todos consideram o perdão como algo a ser buscado. Ele diz que alguns defendem que o conflito é da natureza das coisas e abrir mão dele seria uma forma de alienação a serviço dos mais fortes. Outros dizem que perdoar é fortalecer o inimigo ou o agressor. Outros dizem que reconciliação é coisa de fracos e medrosos e que perdoar seria o mesmo que aceitar as injustiças que os poderosos praticam. O Papa Francisco não se enquadra em nenhuma das posições acima e defende a posição cristã. A questão que se coloca é como bem entender o perdão cristão sem cair na inércia e fatalismo enfraquecedor, por um lado e, por outro, não fomentar a intolerância e a violência. Diz o Papa: “Não se trata de propor um perdão renunciando aos próprios direitos diante de um poderoso corrupto, um criminoso ou alguém que degrada a nossa dignidade. Somos chamados amar a todos, sem exceção, mas amar um opressor não significa consentir que continue a oprimir, nem levá-lo a pensar que é aceitável o que fez. Ao contrário, amá-lo corretamente é procurar, de várias maneiras, que deixe de oprimir, tirar-lhe o poder que não sabe usar

e que o desfigura como ser humano. Perdoar não significa permitir que continuem a pisotear a própria dignidade e a do outro ou deixar que um criminoso continue a fazer o mal” (FT 241). Mas, então, o que seria o perdão? O perdão não anula a justiça, até pelo contrário, a reclama. Contudo a justiça não pode ser feita por vingança ou por ódio. A justiça feita e a alma do injustiçado e violentado pacificada, sem o desejo de vingança, eis o espírito de perdão possível e redentor. Perdoar, contudo, não é esquecer. Nem Deus esquece e nem nos pede para que esqueçamos o mal que os outros nos cometem e o mal que cometemos. Deus perdoa e pede que também perdoemos, mas esquecer jamais. Como conclusão o Papa diz: “O perdão é precisamente o que permite buscar a justiça sem cair no círculo vicioso da vingança, nem na injustiça do esquecimento” (FT 252).

4. A guerra e a pena de morte. Para a fraternidade universal e amizade social, duas medidas devem ser evitadas por apresentarem soluções falsas que pioram ainda mais o problema que pretendem solucionar: a guerra e a pena de morte. Sobre a Guerra o Papa não deixa dúvida quanto ao seu lado maléfico e a sua falta de legitimidade moral, mesmo que alguns pretendam insistir

na “guerra justa”. Diz o Papa: “A guerra é a negação de todos os direitos e uma agressão dramática ao meio ambiente. Se queremos um desenvolvimento humano integral autêntico para todos, é preciso continuar incansavelmente no esforço de evitar a guerra entre as nações e os povos” (FT 257). Sempre que se fala da guerra se recoloca a questão da guerra justa e que, portanto, haveria ocasiões em que a guerra se impõe e teria legitimidade moral e religiosa. Sobre isso o Papa Francisco avança em relação ao Catecismo da Igreja Católica que fala da Legítima defesa por meio da força militar. O Papa diz que “já não podemos pensar na guerra como solução, porque provavelmente os riscos sempre serão superiores à hipotética utilidade a ela atribuída. Diante dessa realidade, hoje é muito difícil sustentar os critérios racionais amadurecidos em outros séculos para falar de uma possível ‘guerra justa’. Nunca mais a guerra” (FT 258). É uma posição clara, objetiva e, diria, corajosamente revolucionária. Quanto à pena de morte, o Papa segue a mesma lógica. Se não é a favor de eliminar outros povos e nações, através da guerra, também não é a favor de eliminar indivíduos através da pena capital. O Papa Francisco faz, nesse particular, uma revisão dos principais argumentos contra a pena de morte que vão desde a dignidade humana que nunca

perde seu valor e Deus é seu fiador, até os erros judiciais e uso da pena capital para fins políticos totalitários etc. Essa postura não significa que se faça injustiças às vítimas que sofreram nas mãos de um assassino, estuprador ou seja qual for a violência cometida. Não ser a favor da pena capital não significa abrir mão da punição e dos mecanismos legais à disposição da justiça para que se faça justiça, sem que esta escorregue para vingança desmesurada.

CAPÍTULO VIII: AS RELIGIÕES A SERVIÇO DA FRATERNIDADE NO MUNDO

As religiões têm a nobre missão de conduzir o humano ao transcendente, mas cumpre, igualmente, a não menos nobre missão de conduzir o humano ao humano, colaborando para a fraternidade universal e a defesa da justiça. A religião cristã fala a partir de Jesus Cristo, mas reconhece a legitimidade de outros pontos de vista e de experiências religiosas e, em diálogo, sonha com um mundo onde reine a paz. Essa parece ser a síntese do oitavo e último capítulo da Encíclica que o Papa elabora em dois momentos.

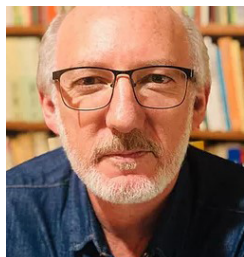
1. O fundamento último. Poderá haver razões sólidas e seguras para a fraternidade universal sem a “abertura ao Pai de todos”? Para o Papa Francisco essa é a questão de fundo a ser respondida e a sua resposta é “não”. Sem uma referência última a Deus, diz o Papa, não há como fundamentar uma convivência fraterna. A Razão, diz o Papa, não é capaz, por si só, de fundar a fraternidade. No máximo, é capaz de fundar a igualdade e a liberdade cívica, porém, a fraternidade só é possível se houver reconhecimento da transcendência amorosa de Deus. A afirmação do Papa parece apologética, dogmática e acrítica, afinal, a razão humana não pode ser descartada como formuladora de princípios últimos e de valores universais capazes de estabelecer acordos em torno de direitos humanos, por exemplo, que faculte a vivência da fraternidade e da paz. Contudo, o Papa Francisco insiste que sem o postulado de Deus, a razão será sempre parcial e ideológica, levando, cedo ou tarde, para totalitarismos e triunfos da força do poder que oprime e cultua ídolos. E diz mais, sem a religião o mundo entra em crise, perde a esperança, e os ideais de paz, justiça e fraternidade se esfumam. Só pela afirmação da transcendência pode o humano se libertar do individualismo e materialismo a que fomos conduzidos pela modernidade. O Papa Fran-

cisco reivindica o direito de recolocar a religião no patamar que nunca deveria ter perdido no debate público e na formulação de políticas e ações efetivas que “promovam o homem e a fraternidade universal”. Com isso não está querendo desconhecer a autonomia da política e, muito menos pretende “disputar poderes terrenos”, mas oferecer o que a religião tem de sabedoria acumulada na história e que pode ajudar para recuperar a esperança num mundo melhor (FT 172-276). O Papa Francisco fala a partir da religião cristã, contudo reconhece o valor das outras religiões e com elas cria pontes de diálogo e reconhecimento, sabedor de que não há paz entre os povos e culturas sem paz entre as religiões. O que une as religiões é muito maior e mais importante do que o que as divide e, por isso, convoca todas as religiões a se congregarem em torno da paz, da fraternidade e da justiça a serviço da humanidade (FT 277- 280).

2. Religião e violência. “Entre as religiões, é possível um caminho de paz!” (FR 281). O ponto de partida e horizonte comum, para tanto, deve ser o olhar de Deus. E o olhar de Deus é o olhar com o coração que ama, tanto o crente quanto o ateu. O amor de Deus a todos e a tudo alcança e nele não há espaço para violência e vinganças.

Se alguém, em nome de Deus, se vale do recurso da violência, saiba, diz o Papa, que está interpretando equivocadamente a Deus e interpretando erradamente as fontes das religiões. “A verdade é que a violência não encontra fundamento algum nas convicções religiosas fundamentais, mas nas suas deformações” (FR 282). Nesse sentido o terrorismo é um desvio, um erro, um ato execrável e sua origem não se deve à religião, embora os terroristas a instrumentalizem, mas tem “origem em interpretações erradas de textos religiosos, nas políticas de fome, de pobreza, injustiças, de opressão e arrogâncias” (FR 283). Por isso, diz o Papa, é preciso parar de financiar o terrorismo e denunciar quem patrocina, pois são tão criminosos quanto quem o pratica. E faz uma afirmação e um apelo final. Às vezes, diz o Papa, as violências em nome da religião são devido à imprudência dos seus líderes que deixam de ser o que deveriam ser, a saber, mediadores dialogantes da paz. O apelo é que as religiões nunca incitem a violência ou o derramamento de sangue e não reivindiquem para si sentimentos de ódio e de extremismos, mas sejam um caminho de paz, justiça e fraternidade.

O Papa é ou não é um oásis no deserto e uma luz que brilha na escuridão?



Gilmar Zampieri. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas (1988), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999) com a dissertação “A dialética do sensível e do inteligível na concepção do amor em Platão” e mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002) com a dissertação “O Mistério do Mal: Entre a teodiceia e a teologia”. Atualmente é professor da Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF- POA).

Algumas obras do autor

Zampieri, Gilmar. O ser humano, o meio ambiente e os animais. Porto Alegre: ESTEF, 2020.

Susin L. C.; Zampieri, Gilmar. A vida dos outros: ética e teologia da libertação animal. São Paulo: Paulinas, 2015.

ZAMPIERI, Gilmar. Procura-se o homem: Diógenes, o Cão! In: ZAMPIERI, Gilmar; BERNARDI, José. (Org.). Em que eu creio: homenagem a Frei Adelino Pilonetto. Porto Alegre: ESTEF, 2008, p. 103-122.

_____. Nietzsche e o martelo: crítica aos ideais cristãos. Cadernos da ESTEF, Porto Alegre, n.34, p. 14-38, 2005.

_____. Globalização e cidadania. Filofazer, Passo Fundo, v. 19, p. 141-148, 2001.

_____. O mal: um desafio ao pensar. Cadernos da ESTEF, Porto Alegre, v. 25, p. 46-61, 2000.

Outras contribuições do autor no Instituto Humanitas Unisinos – IHU

ZAMPIERI, Gilmar. A Encíclica Laudato Si' e os animais. Cadernos Teologia Pública. Ano XIII – Vol. 13 – Nº 110 – 2016. São Leopoldo.

ZAMPIERI, Gilmar. Dez lições para depois. [08.04.2020]. Revista IHU On-Line. Instituto Humanitas Unisinos –IHU. Republicação do blog “Gilmar Zampieri”.

ZAMPIERI, Gilmar; SUSIN, Luiz Carlos. Por uma teologia da libertação animal. [03.11.2015]. Revista IHU On-Line 476. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Ricardo Machado.

Cadernos Teologia Pública

- | | | | |
|------|--|-------|--|
| N. 1 | Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI – Johan Konings, SJ | N. 10 | O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso – Michael Amaladoss, SJ |
| N. 2 | Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista – Maria Clara Bingemer | N. 11 | A teologia em situação de pós-modernidade – Geraldo Luiz De Mori, SJ |
| N. 3 | A Teologia e a Origem da Universidade – Martin N. Dreher | N. 12 | Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema – Pedro Gilberto Gomes, SJ |
| N. 4 | No Quarentenário da Lumen Gentium – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM | N. 13 | Teologia e Ciências Sociais – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior |
| N. 5 | Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner – Érico João Hammes | N. 14 | Teologia e Bioética – Santiago Roldán García |
| N. 6 | Teologia e Diálogo Inter-Religioso – Cleusa Maria Andreatta | N. 15 | Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos – David Eduardo Lara Corredor |
| N. 7 | Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica – José Roque Junges, SJ | N. 16 | Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento – João Batista Libânio, SJ |
| N. 8 | Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos – Carlos Ribeiro Caldas Filho | N. 17 | Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves |
| N. 9 | Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões – Rudolf Eduard von Sinner | N. 18 | Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II – Paulo Suess |

N. 19 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 1ª parte – Manfred Zeuch

N. 20 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 2ª parte – Manfred Zeuch

N. 21 Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo – Karl-Josef Kuschel

N. 22 Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs – Jacques Arnould

N. 23 Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 24 O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica – Walter Ferreira Salles

N. 25 A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM

N. 26 Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski – Joe Marçal Gonçalves dos Santos

N. 27 Música e Teologia em Johann Sebastian Bach – Christoph Theobald

N. 28 Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas – Karl-Josef Kuschel

N. 29 Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino – Ana María Formoso

N. 30 Espiritualidade e respeito à diversidade – Juan José Tamayo-Acosta

N. 31 A moral após o individualismo: a anarquia dos valores – Paul Valadier

N. 32 Ética, alteridade e transcendência – Nilo Ribeiro Junior

N. 33 Religiões mundiais e Ethos Mundial – Hans Küng

N. 34 O Deus vivo nas vozes das mulheres – Elisabeth A. Johnson

N. 35 Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica – Victor Hugo Mendes

N. 36 Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois – Joseph Comblin

N. 37 Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla – João Batista Libânio

N. 38 O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas – Peter C. Phan

N. 39 Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo – Paulo Suess

N. 40 Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha – Benedito Ferraro

N. 41 Espiritualidade cristã na pós-modernidade – Ildo Perondi

N. 42 Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta – Ildo Perondi

N. 43 A Cristologia das Conferências do Celam – Vanildo Luiz Zugno

N. 44 A origem da vida – Hans Küng

N. 45 Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga – Maria Cristina Giani

N. 46 Ciência e Espiritualidade – Jean-Michel Maldamé

N. 47 Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana – Antônio Cechin

N. 48 Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff – Águeda Bichels

N. 49 Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos – Karl-Josef Kuschel

N. 50 “Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão – Cesare Giraudo, SJ

N. 51 O Deus vivo em perspectiva cósmica – Elizabeth A. Johnson

N. 52 Eucaristia e Ecologia – Denis Edwards

N. 53 Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje – José A. Zamora

N. 54 Mater et Magistra – 50 Anos – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

N. 55 São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I – Daniel Marguerat

N. 56 Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum” – Andrea Grillo

N. 57 Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã – Elizabeth A. Johnson

N. 58 As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo – Christoph Theobald

N. 59 Deus e a criação em uma era científica – William R. Stoeger

N. 60 Razão e fé em tempos de pós-modernidade – Franklin Leopoldo e Silva

N. 61 Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura – Karl-Josef Kuschel

N. 62 Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição – Luigi Perissinotto

N. 63 A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico – Felix Wilfred

N. 64 Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea – François Euvé

N. 65 O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade – Marco Lucchesi

N. 66 Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno – Mary E. Hunt

N. 67 Silêncio do deserto, silêncio de Deus – Alexander Nava

N. 68 Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites – Jean-Louis Schlegel

N. 69 (Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual – Degislano Nóbrega de Lima

N. 70 Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet – Moisés Sbardelotto

N. 71 Rumo a uma nova configuração eclesial – Mario de França Miranda

N. 72 Crise da racionalidade, crise da religião – Paul Valadier

N. 73 O Mistério da Igreja na era das mídias digitais – Antonio Spadaro

N. 74 O seguimento de Cristo numa era científica – Roger Haight

N. 75 O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa – Peter C. Phan

N. 76 50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro – José Maria Vigil

N. 77 As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja – Christoph Theobald

N. 78 As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã – George V. Coyne

N. 79 Papa Francisco no Brasil – alguns olhares

N. 80 A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades – André Wénin

N. 81 Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II – Victor Codina

N. 82 O lugar da mulher nos escritos de Paulo – Eduardo de la Serna

N. 83 A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel – Élcio Verçosa Filho

N. 84 O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota” – Renato Ferreira Machado

N. 85 Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo

N. 86 Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II – Peter C. Phan

N. 87 O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25 – André Wénin

N. 88 Política e perversão: Paulo segundo Žižek – Adam Kotsko

N. 89 O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39 – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher

N. 90 A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer – John W. O'Malley

N. 91 Religiões brasileiras no exterior e missão reversa – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki

N. 92 A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek – Adam Kotsko

N. 93 O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas – José Oscar Beozzo

N. 94 Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco – John O'Malley

N. 95 “Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente – Massimo Faggioli

N. 96 As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral

N. 97 500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas – Vítor Westhelle

N. 98 O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier

N. 99 Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição *Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori

N. 100 O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da *Gaudium et Spes* – Afonso Murad

N. 101 Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo – Elias Wolff

N. 102 A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II – Flávio Martinez de Oliveira

N. 103 O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje! – Emerson Sbardelotti Tavares

N. 104 A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II – Christoph Theobald

N. 105 Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer – Ney Brasil Pereira

N. 106 Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma

forma de autorrealização da Igreja – Rejane Maria Dias de Castro Bins

N. 107 O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia – Antonio Manzatto

N. 108 Morte como descanso eterno – Luís Inácio João Stadelmann

N. 109 Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica – Guillermo Kerber

N. 110 A Encíclica *Laudato Si'* e os animais – Gilmar Zampieri

N. 111 O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia* – Andrea Grillo

N. 112 O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco – Christoph Theobald

N. 113 Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos – Roberto E. Zwetsch

N. 114 *Laudato Si'*, o pensamento de Morin e a complexidade da realidade – Giuseppe Fumarco

N. 115 A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas – Castor Bartolomé Ruiz

N. 116 A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um *sensus fidelium digitalis*? Moisés Sbardelotto

N. 117 *Laudato Si’* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência? – Gaël Giraud e Philippe Orliange

N. 118 Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi

N. 119 A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow

N. 120 Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política – Amos Yong

N. 121 Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída – Tea Frigerio

N. 122 Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental – Colby Dickinson

N. 123 A sensibilidade religiosa de Thoreau – Edward F. Mooney

N. 124 Diáconas na Igreja Maronita – Phyllis Zagano

N. 125 Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 126 Teologalidade das resistências e lutas populares – Francisco de Aquino Júnior

N. 127 A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão – Colby Dickinson

N. 128 O Princípio Pluralista – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 129 Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética – Ivone Gebara

N. 130 Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben – Joel Decothé Junior

N. 131 A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes

N. 132 O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneos – Massimo Borghesi

N. 133 Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyła e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial – José Roque Junges

N. 134 A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco – Massimo Faggioli

N. 135 A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento – Juan Carlos Scannone S.I.

N. 136 Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler

N. 137 A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii gaudium – Paulo Suess

N. 138 O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial” – Andrea Grillo

N. 139 A Opção de Francisco: como evangelizar um mundo em mudança? – Austen Ivereigh

N. 140 A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas – Andrea Grillo

N. 141 Franciscus non cantat: Um discurso, alguns percursos e ressonâncias acerca da música litúrgica pós-conciliar – Márcio Antônio de Almeida

N. 142 Para além do limiar do Templo: apontamentos éticos para uma pastoral em modo on-line –

Thiago Isaias Nóbrega de Lucena e José Joanees Souza Oliveira

N. 143 A Conversão de Agostinho de Hipona, interpretada em reflexões sobre a expressão *Intellige Ut Credis* – Orlando Polidoro Junior

N. 144 Teologia Pública e Práxis Pastoral: considerações em vista de uma Pastoral Pública - Luis Carlos Dalla Rosa

N. 145 O debate sobre o princípio pluralista: um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações - Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 146 Juventudes e vivência ecumênica - Rosemary Fernandes da Costa

N. 147 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte I - O fim de um mundo? - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães

N. 148 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte II - As dores do parto - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães

N. 149 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte III - Vinho novo, odres novos - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães

N. 150 O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica. Alguma coisa mudou? - Michael G. Lawler e Todd A. Salzman

N.151 Igreja em saída para as periferias sociais e existenciais. O problema espiritual da missão - Rogério L. Zanini

